



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Informação nº 76/2023 – Segem/Digem2

Brasília (DF), 13 de julho de 2023.

Processo nº: 9570/2019

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal - Semob

Assunto: Representação.

Ementa: Auditoria realizada para examinar o atingimento de metas, objetivos e diretrizes estabelecidas no Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal - PDTU/DF e o cumprimento dos itens V.a, V.b e V.c da Decisão nº 2.536/2018. Decisão nº 3.796/2022: Relatório Final de Auditoria e da Matriz de Achados. Conhecimento. Atendidos os itens V.a, V.b e V.c da Decisão nº 2.536/2018. Determinações à Semob/DF. Decisão nº 3.353/2022: Acompanhamento da operação do STPC/DF (ocupação e disponibilidade de frota). **Nesta fase:** exame do cumprimento de diligências. Proposições: Considerar as diligências: parte atendida, parte não atendida e parte prejudicada. Reiterações. Novas diligências. Acompanhamento pela Unidade Técnica.

Senhor Diretor,

Tratam os autos de auditoria operacional realizada com intuito de avaliar o andamento e o cumprimento de metas, objetivos e diretrizes estabelecidas no PDTU/DF, instituído por meio da Lei Distrital nº 4.566/2011, bem como avaliar as medidas adotadas pela Semob/DF com vistas ao saneamento das falhas relativas à locação de espaços publicitários nos veículos do Sistema de Transporte Público Coletivo (STPC).

I - Antecedentes

2. O Tribunal, em sua última manifestação nos autos, por meio da **Decisão nº 3.796/2022** (peça 158), resolveu:

I – tomar conhecimento: a) do Ofício nº 639/2022-SEMOB/GAB (e-DOC D1DA04ED-c) e dos seus respectivos anexos (peças 104/148), encaminhados pela Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF; b) da Informação nº 60/2022-DIGEM3 (e-DOC 26114CD0-e); c) da Matriz de Achados (e-DOC



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

F4955663-e); d) do Relatório Final de Auditoria (e-DOC 910C8DD4-e);

II – considerar satisfatoriamente atendidos os itens V.a e V.b da Decisão n.º 2.536/2018;

III – determinar à Semob/DF que:

a) consolide, monitore e atualize as informações do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF em banco de dados georreferenciado, em cumprimento ao inciso VII do art. 6º da Lei Distrital n.º 4.566/2011, de forma a promover o acompanhamento da execução dos custos efetivamente incorridos (achado 1.1);

b) em relação ao PDTU/DF:

i) preveja objetivos e metas compatíveis com a capacidade financeira do Distrito Federal (achados 1.2 e 1.3);

ii) avalie a conveniência e a oportunidade da adoção de mecanismos orçamentários que priorizem a alocação de recursos para os investimentos nas áreas de mobilidade urbana e transporte coletivo previstos no futuro plano (achados 1.2 e 1.3);

iii) estabeleça procedimentos administrativos que possibilitem o controle efetivo sobre o atingimento dos objetivos/metasp do Plano, designando de forma clara os setores competentes para o acompanhamento e fiscalização, permitindo, inclusive, a responsabilização de servidores e gestores por eventuais ineficiências (achados 1.2 e 1.3);

c) promova campanhas informativas com maior efetividade junto à população sobre os benefícios da integração tarifária e operacional do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF (achado 1.4);

d) adote todas as medidas necessárias à efetiva:

i) integração tarifária com o entorno, inclusive para a regularização da prestação do serviço (achado 1.4);

ii) implantação do Centro de Controle Operacional – CCO do STPC/DF (achado 1.5);

e) informe os resultados alcançados com as atividades desenvolvidas pela comissão constituída por meio da Portaria n.º 93/2021-Semob/DF, publicada no DODF de 31.05.2021, em relação:

i) à resolução das pendências de contratos de publicidade anteriores às Portarias nºs 83/2021 e 117/2021-Semob/DF;

ii) à efetividade do controle exercido pela Semob/DF sobre as receitas oriundas dos contratos posteriores às referidas portarias (achados 2.1, 2.2 e 2.3);

f) preveja, no edital da futura concorrência do STPC/DF, mecanismos efetivos de controle das receitas a serem compartilhadas entre concessionárias e Poder Concedente (achados 2.1, 2.2 e 2.3);

g) em relação aos contratos de locação de espaços



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

publicitários nos veículos do STPC/DF anteriores às Portarias nºs 83/2021 e 117/2021-Semob/DF, adote providências para formalização de aditivos, de modo a fazer constar de forma detalhada todos os itens locados e os respectivos valores unitários;

h) informe ao Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as medidas adotadas para o fiel cumprimento das diligências constantes das alíneas “a” a “g” retro;

IV – autorizar: a) o envio de cópia do Relatório Final de Auditoria, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Semob/DF e à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF; b) o retorno dos autos à Segem/TCDF, para os devidos fins.

(Grifamos)

3. Referido decisum foi recebido naquela Secretaria em 12/09/2022 (peça 168). Considerando os 180 dias fixados para cumprimento da deliberação plenária, bem como a suspensão de prazos prevista no artigo 170 do RI/TCDF, o prazo final para encaminhamento das informações à Corte seria o dia 10/04/2023.

4. A Pasta distrital respondeu às mencionadas diligências em 05/04/2023¹, por intermédio do Ofício nº 653/2023 - SEMOB/GAB (peça 196) e, posteriormente, Ofício nº 687/2023 - SEMOB/GAB (peça 197)², sendo, pois, tempestiva a vinda aos autos.

5. Importante relatar que no Processo nº 00600-00002153/2021-56-e³, autuado em função de representação do Ministério Público de Contas acerca de medidas sanitárias e de proteção à saúde dos usuários do transporte público coletivo durante a pandemia de Covid 19, esta Corte, após os exames pertinentes, por intermédio da **Decisão nº 3.353/2022** (peça 170), deliberou por:

I – tomar conhecimento: a) do Ofício nº 409/2022 - METRO-DF/PRE/GAB (peça 108) e anexos (peças 109 a 114); b) dos Ofícios nºs 1433 e 1459/2022 - SEMOB/GAB (peças 104 e 107) e anexos (peças 93 a 103; 104 a 106); c) da Informação nº 80/2022 - DIGEM3 (peça 115); d) do Parecer nº 555/2022 - G1P (peça 118);

II – considerar não cumpridos os itens III.a.3 e III.c da Decisão nº 3.442/2021, deixando de reiterá-los;

III – determinar à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito

¹ Vide histórico de trâmite dos e-DOCs originais 9F070EE5-e e 244802DD-e.

² Os documentos anexos ao Ofício nº 653/2023 - SEMOB/GAB constam do Processo de Barramento nº [00600-00011048/2022-99-e](#) (peça 198). Algumas peças mencionadas nesta Informação são clones de documentos originais do citado feito (peças 199/206).

³ Representação, com pedido de cautelar, oferecida pelo Procurador em substituição na Primeira Procuradoria, Marcos Felipe Pinheiro Lima, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, em face da adoção de medidas sanitárias e de proteção à saúde durante a pandemia de Covid-19, atinente ao transporte público no Distrito Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Federal - SEMOB/DF que adote as devidas providências para obtenção dos dados relativos ao levantamento em tempo real das taxas de ocupação dos veículos do STPC/DF, bem como dos dados referentes à frota efetivamente em operação e em manutenção, por linhas, dotando o Centro de Controle Operacional - CCO das informações necessárias para tal;

IV – autorizar: (...)

c) o acompanhamento do cumprimento da determinação constante do item III retro no Processo nº 9.570/2019, determinando a juntada de cópia desta decisão àqueles autos;

d) a restituição dos autos à SEGEM, para arquivamento.

(Grifamos)

6. Por ocasião do cumprimento do *decisum* em destaque, a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô/DF encaminhou o Ofício nº 535/2022 - METRO-DF/PRE/GAB (peça 167) com vários documentos anexos (peças 162/166), informando sua ciência da Decisão nº 3.353/2022.

7. A Semob/DF, por sua vez, remeteu o Ofício Nº 2.312/2022 - SEMOB/GAB (peça 190) com documentação anexa (peças 172/189), discriminando as providências por ela adotadas.

II - Objetivos desta Informação

8. Esta informação analisará, preliminarmente, o cumprimento das diligências constantes do **item III da Decisão nº 3.796/2022**. Em seguida, será examinado o atendimento ao **item III da deliberação Plenária nº 3.353/2022**. Elaborar-se-ão, por fim, as conclusões e as sugestões.

III - Exame do Cumprimento do Item III da Decisão nº 3.796/2022

III.1 - Item III.a

9. No item III.a da Decisão nº 3.796/2022, esta Corte determinou à Semob/DF que consolidasse, monitorasse e atualizasse as informações do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF em banco de dados georreferenciado, em cumprimento ao inciso VII do art. 6º da Lei Distrital n.º 4.566/2011, de forma a promover o acompanhamento da execução dos custos efetivamente incorridos.

10. A Secretaria, em função da diligência em destaque, mediante o citado Ofício nº 653/2023 - SEMOB/GAB ressaltou (fl. 1 da peça 196):



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

A esse respeito, esclarecemos que esta Pasta possui atualmente um banco de dados georreferenciado para suportar os dados operacionais do Serviço de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal advindos do extinto DFTRANS, onde são encontrados dados georreferenciados dos pontos de paradas e terminais rodoviários, além dos demais dados operacionais, como geolocalização da frota (GeoServer). Contudo, para suportar as ferramentas de consolidação, monitoramento e atualização de informações do PDTU, de modo a acompanhar a execução dos custos efetivamente incorridos, é necessário que outras aplicações sejam desenvolvidas.

Dessa forma, foi verificado junto às unidades orgânicas responsáveis pela fase de execução de obras previstas no PDTU/DF 2011-2020 que tem realizado os projetos, contemplando dados georreferenciados, algumas possuem plataformas de dados espaciais, tais como, SEDUH (GeoPortal), DER (DERGeo), outras mantêm em arquivos internos, como a Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, restando à SEMOB o acompanhamento do status de cada projeto e consolidação em sistema próprio.

Assim, com a finalidade, não apenas para dar cumprimento ao inciso VII do art. 6º da Lei nº 4.566/2011, mas de realizar a própria gestão das ações previstas no futuro PDTU, no escopo do trabalho da elaboração do novo PDTU e do Plano de Mobilidade encontra-se o desenvolvimento de um banco georreferenciado para os ativos de mobilidade.

Além disso, consta do Plano Diretor de Tecnologia da Informação-PDTI 2022-2023 (96056231) a aquisição de hardware e software que suportem o futuro GeoPortal.

(Grifamos)

11. Extraí-se da resposta da jurisdicionada que, em obediência ao inciso VII do art. 6º da Lei nº 4.566/2011, está em construção um banco de dados georreferenciado dos ativos de mobilidade do Distrito Federal. Esse instrumento incorporará, inclusive, os ativos construídos ao longo da vigência do PDTU de 2011-2020 com informações relativas aos seus custos e permitirá uma gestão mais eficiente dos ativos previstos no futuro PDTU que está em elaboração.

12. A Semob/DF, segundo informa, vem adotando medidas para atender ao item III.a da Decisão nº 3.796/2022. No entanto, como não houve informações quanto à implantação efetiva do referido GeoPortal, sequer previsão de finalização desse instrumento, considera-se **não atendido** o comando desta Corte de Contas, devendo-se, pois, **reiterar o item III.a da Decisão nº 3796/2022**.



III.2 - Itens III.b.i e III.b.ii

13. O TCDF, nos itens III.b.i e III.b.ii da Decisão nº 3.796/2022, determinou que a Secretaria, em relação ao PDTU/DF: **(a) previsse objetivos e metas compatíveis com a capacidade financeira do Distrito Federal** e **(b) avaliasse a conveniência e a oportunidade da adoção de mecanismos orçamentários que priorizem a alocação de recursos para os investimentos nas áreas de mobilidade urbana e transporte coletivo previstos no futuro plano.**

14. A jurisdicionada, então, pontificou (fl. 4 da peça 199⁴):

Informamos que o próximo plano diretor e demais planos de mobilidade serão realizados com esse cuidado, conforme Minuta do Projeto Básico (93492025).

Concomitante à elaboração dos novos planos estratégicos de mobilidade, será realizado iniciativas que melhorem o planejamento à nível tático para os ativos de mobilidade. Além disso, propõem-se:

- *Realizar o planejamento orçamentário alinhado ao planejamento estratégico de transporte e mobilidade*
- *Realizar iniciativas de captação de recursos para o financiamento do sistema de transporte e mobilidade*
- *Buscar novas fontes de recurso financeiro para os projetos de transporte e mobilidade*
- *Manter atualizado o orçamento previsto no plano diretor.*

(destacou-se)

15. Observa-se que a Semob pretende empregar mecanismos administrativos e orçamentários de forma a coordenar as metas e os objetivos do futuro Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF com a capacidade financeira do Distrito Federal.

16. Entretanto, somente será possível avaliar o cumprimento efetivo desta deliberação plenária após a conclusão do projeto do futuro PDTU e o seu encaminhamento sob a forma de projeto de lei à CLDF. Não há manifestação acerca de uma data para a realização das ações informadas.

17. Assim, considera-se que as medidas informadas não são suficientes para ter por atendida, ainda que parcialmente, a deliberação da Corte. Todavia, considerando ser necessária a atuação legislativa para que ocorra o efetivo cumprimento e se tenha uma visão mais clara a respeito da matéria, entende-se que **não se pode, neste momento, emitir juízo de valor** quanto à atuação da

⁴ Enviada via Ofício nº Ofício nº 687/2023 - SEMOB/GAB, peça 197.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

jurisdicionada. Contudo, cabe a **reiteração dos itens III.b.i e III.b.ii da Decisão nº 3.796/2022**, de modo que este Tribunal se mantenha informado quanto ao andamento da matéria, o que será objeto de avaliação em fase posterior.

III.3 - Item III.b.iii

18. Nesse ponto, esta Corte deliberou para que a jurisdicionada estabelecesse procedimentos administrativos que possibilitem o controle efetivo sobre o atingimento dos objetivos/metasp do PDTU, designando de forma clara os setores competentes para o acompanhamento e fiscalização, permitindo, inclusive, a responsabilização de servidores e gestores por eventuais ineficiências.

19. Sobre o assunto, a Secretaria respondeu (fl. 7 da peça 199):

Para a gestão das ações do PTU, as quais muitos estão previstas no PDTU 2011-2020, a SEMOB criou estrutura administrava em Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 34.255/2013, chamada Unidade Especial de Gerenciamento do Programa (art. 68 - 70). Em 2017, por meio do novo Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 38.036/2017 (DODF nº 44, 06/03/2017), é criada a Unidade Especial de Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano (art. 9º - 11). Em razão da finalização do processo de financiamento do BID, que foi o recurso financeiro para os projetos do PTU, a unidade foi extinta, não constando na estrutura atual.

Assim, propõe-se realizar a revisão da estrutura administrava atual que acomode uma unidade responsável pelo acompanhamento e controle das ações para o atingimento dos objetivos do plano diretor e demais planos estratégicos de transporte e mobilidade.

20. *A priori*, a criação de uma futura unidade administrativa na Semob/DF para acompanhar a execução do PDTU e de outros programas na área de mobilidade atenderia o comando desta Corte. No entanto, não há uma data predefinida para criação dessa estrutura administrativa.

21. Observa-se que, apesar de ter adotado algumas medidas, estas não foram suficientes para atender ao deliberado. Dessa forma, entende-se que o Tribunal pode considerar **parcialmente atendida a determinação** constante do item em exame, **devendo ser reiterada**.

III.4 - Item III.c

22. O TCDF determinou que a Semob promovesse campanhas informativas com maior efetividade junto à população sobre os benefícios da integração tarifária e operacional do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

23. A Secretaria, acerca da diligência em destaque, pontificou (peça 200):

1. A SEMOB realiza frequentes campanhas de divulgação dos benefícios da integração tarifária, esclarecendo as regras e motivando os usuários a acessarem os veículos do transporte público coletivo do DF, como forma de facilitar os seus deslocamentos e, principalmente, como forma de obter economia de gastos com passagens.

2. As referidas campanhas são realizadas por meio de peças publicitárias inseridas nas redes sociais da Secretaria, nos totens e videowall da Rodoviária do Plano Piloto, e no sistema de TV dos ônibus (BusTV).

3. De acordo com o Sistema TDMax, da bilhetagem eletrônica, os acessos com uso de Cartão Mobilidade (que permitem a integração tarifária) cresceram 6,2% até 17 de outubro de 2022, em relação ao ano de 2021. Em contrapartida, as viagens com pagamento em dinheiro (sem o benefício da integração) caíram 7,5% no mesmo período.

24. A jurisdicionada afirma que tem realizado campanhas publicitárias com vistas a informar a população acerca dos benefícios da integração tarifária mediante o uso do Cartão Mobilidade.

25 Diz que, segundo dados colhidos do sistema TDMax, da bilhetagem eletrônica, houve crescimento em cerca de 6,2% até outubro de 2022, em comparação ao ano de 2021, e redução do pagamento em dinheiro pelas passagens, sem o benefício da integração do transporte público coletivo, na ordem de 7,5% no mesmo período.

26 Acrescenta que “continuará realizando as campanhas de incentivo e esclarecimento sobre os benefícios da integração tarifária”.

27 Não foram apresentados documentos que comprovem as alegações da jurisdicionada, o que, a princípio, não se pode questionar não representarem a realidade dos fatos.

28. Entende-se que as medidas informadas pela Semob podem ser consideradas, neste momento, satisfatórias para fins de atendimento do item III.c da Decisão nº 3.796/2022, sem prejuízo de novas apurações em futuro procedimento fiscalizatório.

III.5 - Item III.d.i

29. Esta Casa determinou que a Semob adotasse todas as medidas necessárias à efetiva integração tarifária com o entorno, inclusive para a regularização da prestação do serviço.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

30
2/3):

A Jurisdicionada, no tocante ao assunto, ressaltou (peça 196, fls.

Sobre o tema a área técnica desta Pasta, informa o que segue:

Para que tenhamos informações precisas para um adequado planejamento e a correta mensuração dos valores das tarifas de remuneração das empresas, faz-se necessário a implementação de um sistema automatizado de controle dos serviços executados, bem como de um sistema de bilhetagem automação, que permitam, no mínimo: o controle dos passageiros transportados por tipo de usuário, e o controle do comprimento de viagens, que subsidie o planejamento do serviço.

Neste contexto, foi publicada a Portaria nº 08 de 09/02/2022, no DODF de 10/02/2022, tornando obrigatória a implementação do Sistema de Bilhetagem Automática do Serviço de Transporte Rodoviário Interestadual Semiurbano Coletivo de Passageiros.

As previsões de cobrança de tarifa terão o mesmo padrão do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, portanto irão considerar o Decreto nº 39.994, de 06 de agosto de 2019.

A integração tarifária requer o mesmo regime tarifário, o que não ocorre com o Sistema Regular de Transporte Rodoviário Coletivo Semiurbano de Passageiros e o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, este possui um regime baseado em tarifa técnica e tarifa usuário, a do Semiurbano é baseado apenas em tarifa usuário, sendo assim, a integração tarifária deverá ser fruto de estudos e legislação própria para sua efetiva operação.

Em relação a outro modelo de integração, a princípio, está previsto uma integração de Sistema SBA, no qual haverá a utilização dos cartões comercializados pelo BRB, como cartão mobilidade e o vale-transporte, esses serão usados tanto no Semiurbano como no STPC/DF de tal forma que os valores arrecadados pelo Semiurbano serão depositados nas contas das empresas autorizadas e permissionárias.

Portanto, deverá haver uma integração operacional e não tarifária, em função das diferentes formas de remuneração do STPC/DF e do Serviço Semiurbano, no qual haverá a utilização dos cartões comercializados pelo BRB, no entanto, os cartões deverão permitir o acesso aos dois tipos serviços

Cumprir registrar, que no dia 06/12/2022, foi apresentado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, a Denúncia do Convênio de Delegação entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e o Distrito Federal,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

devolvendo a gestão do serviço semiurbano.

Dessa forma, esclarecemos que no dia 13 de fevereiro de 2023, foi publicado no Diário oficial da União a Deliberação nº 35 (106095430) atestando a extinção do Convênio de Delegação nº 001/2020, tendo, portanto, a gestão do transporte semiurbano retornado para ANTT.

31. O cumprimento da referida diligência – integração tarifária com o entorno – ficou inviabilizado, visto que fato posterior – a extinção do Convênio de Delegação nº 001/2020 – suplantou a situação vigente à época da auditoria deste Tribunal, exposta no achado 1.4 do procedimento fiscalizatório.

32. A gestão do transporte semiurbano retornou à gestão da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT). Tal acontecimento tirou do Governo do Distrito Federal o controle pleno da integração tarifária com o entorno.

33. Assim, entende-se que o atendimento da diligência constante do **item III.d.i da Decisão nº 3.796/2022 restou prejudicado.**

III.6 - Item III.d.ii

34. O TCDF determinou que a Secretaria adotasse todas as medidas necessárias à efetiva implantação do Centro de Controle Operacional – CCO do STPC/DF.

35. A Pasta Distrital apresenta duas respostas sobre a diligência:

*Esclarecemos que foi disponibilizada sala (situada no 3º andar do Edifício Valec - SAUS Q. 1 - Asa Sul, Brasília - DF) e estrutura física - computadores e monitores - para o efetivo funcionamento do Centro de Controle Operacional. A ocupação da sala está a cargo da Gerência de Gestão do Centro de Supervisão Operacional - GESOP. **No entanto, em detrimento disso, ainda não foi disponibilizada ferramenta que de fato permita a efetiva realização do Controle Operacional, com a geração de dados e relatórios confiáveis. A esse respeito, sugerimos S.M.J., a manifestação da SUTINF.*** (peça 201, fl. 2).

(Grifamos)

*Esta Subsecretaria entende que, pelas informações levantadas, **o atual Sistema de Controle Operacional atende as demandas da Gerência de Gestão do Centro de Supervisão Operacional. Contudo, como forma de evoluir o atual Sistema ou adquirir um novo sistema, mais completo e que propicie mais ferramentas de gestão, com mais estrutura de***



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

*relatórios, foi lançado o Documento de Oficialização de Demanda que está culminando na **licitação para aquisição de um novo sistema de supervisão operacional com vistas a evoluir o monitoramento do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.** (peça 205).*

36. Deflui-se da manifestação da jurisdicionada certa **contradição** entre as informações prestadas. Em um primeiro momento, esclarece-se que fora disponibilizada estrutura física (sala e equipamentos), mas não ferramenta tecnológica que permitisse a efetiva operação do CCO. Em um outro, informa-se haver sistema de controle operacional, que atende as demandas da área técnica responsável pela gestão do Centro de Supervisão Operacional, mas que, no intuito de aprimorar o atual sistema ou mesmo adquirir um mais completo, fora iniciado procedimento para licitação de nova ferramenta.

37. *A priori*, dada a confusão entre as informações prestadas, entende-se **não ser possível firmar posicionamento de mérito** quanto ao cumprimento da determinação plenária nesta fase processual, devendo-se reiterar o comando do item III.d.ii da Decisão nº 3796/2022.

III.7 - Itens III.e.i e III.e.ii

38. Nesse ponto, o TCDF deliberou para que a Semob informasse os resultados alcançados com as atividades desenvolvidas pela comissão constituída por meio da Portaria n.º 93/2021-Semob/DF, publicada no DODF de 31.05.2021, em relação: i) à resolução das pendências de contratos de publicidade anteriores às Portarias nºs 83/2021 e 117/2021-Semob/DF e ii) à efetividade do controle exercido pela Semob/DF sobre as receitas oriundas dos contratos posteriores às referidas portarias.

39. A jurisdicionada assim se manifestou (peça 203):

III.7.1 - Item III.e.i

*Preliminarmente, ressaltamos que a Comissão foi designada em **31/05/2021**, e passou a desempenhar suas funções a partir daquela data. Desde então estão sendo realizados levantamentos utilizando processos SEI existentes com o objetivo de levantar as informações relativas ao assunto para consolidação. Até a presente data foram localizados um total de **261 contratos e aditivos**, estando **7 vigentes**, conforme planilha (100021631) em anexo, que apresenta a relação de contratos e aditivos por operadora. Ressaltamos que esta **não é a versão final do levantamento**, tendo em vista se tratar de uma extensa pesquisa de informações históricas, havendo a necessidade de localização e consulta a diversos documentos em processos*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

eletrônicos, além de solicitações de informações às operadoras. Na presente data temos um total de **R\$ 4.174.380,25 (quatro milhões, cento e setenta e quatro mil trezentos e oitenta reais e vinte e cinco centavos) recebidos e que foram confirmados** pelos setores financeiros do DFTRANS e da SEMOB, conforme quadro gerencial resumido (100021535), de depósitos/transferências detalhados (100021761) e Documentos de Arrecadação - DARs (100021887) também detalhados. Nestes levantamentos, já foram identificados alguns valores pendentes de pagamentos que totalizam **R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais)**, tendo sido as operadoras notificadas, os quais já foram regularizados, conforme detalhado na planilha (100021887 - Descrição "Pagamento de Valores Não Depositados Anteriormente" na Coluna Observação da Tabela) em anexo. Ressalte-se que, nos trabalhos realizados por esta comissão, foram identificados montantes que se encontram depositados em contas correntes, entretanto não constam nos controles internos das operadoras, conforme análise comparativa com alguns esclarecimentos apresentados em ofícios enviados pelas empresas. Dessa forma, a comissão está realizando o cotejamento entre informações apresentadas pelas operadoras, documentos localizados em processos internos, bem como valores depositados em extratos bancários, de forma a eliminar quaisquer possibilidades de pagamentos em duplicidade pelas operadoras. Após finalização deste levantamento serão adotadas providências quanto à emissão de Documentos de Arrecadação – DARs para saneamento de irregularidades, ou ainda a realização de glosas quando necessário.

(...)

III.7.2 - Item III.e.ii**2.1 - Atualização dos valores pactuados nos termos do item V.a da Decisão nº 2.536/2018 apenas para as contratações posteriores às Portarias – Semob nºs 83/2021 e 117/2021.**

Informamos que o valor mínimo mensal, por veículo, para as peças de publicidade e mídias no STPC/DF, fixado pela Portaria SEMOB nº 117/2021, de 06/08/2021, foi atualizado, conforme Portaria SEMOB nº 121, de 26/08/2022, publicada no DODF nº 170, de 09/09/2022, passando a ser aplicado aos novos contratos celebrados após a sua publicação, passando de R\$ 39,60 (trinta e nove reais e sessenta centavos) para R\$ 43,59 (quarenta e três reais e cinquenta e nove centavos).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE**2.2 - Padronização dos valores dos contratos vigentes nos termos do item V.b da Decisão nº 2.536/2018 apenas para as contratações posteriores às Portarias – Semob nºs 83/2021 e 117/2021**

A Portaria SEMOB nº 117, de 06/08/2021, e a Portaria SEMOB nº 121, de 26/08/2022, são os normativos que se constituem como referência para anuência de novos contratos celebrados após a publicação da Portaria SEMOB nº 83, de 14/05/2021, no que se refere aos valores mínimos mensais de referência, por veículos, para as peças de publicidade e mídias do STPC/DF. A planilha (100022023) apresenta a relação de todos os contratos anuídos pela SEMOB e celebrados após a publicação da Portaria SEMOB nº 83, de 14/05/2021.

2.3 - Formalização de contratos nos termos do item V.c da Decisão nº 2.536/2018 apenas para os ajustes posteriores às Portarias – Semob nºs 83/2021 e 117/2021

Conforme mencionado anteriormente, a Portaria SEMOB nº 117, de 06/08/2021, e a Portaria SEMOB nº 121, de 26/08/2022, são os normativos que se constituem como referência para anuência de novos contratos celebrados após a publicação da Portaria SEMOB nº 83, de 14/05/2021, no que se refere aos valores mínimos mensais de referência, por veículos, para as peças de publicidade e mídias do STPC/DF. A planilha (100022023) apresenta a relação de todos os contratos anuídos pela SEMOB e celebrados após a publicação da Portaria SEMOB nº 83, de 14/05/2021. A presente Comissão de Gerenciamento e Controle das Receitas Advindas dos Contratos Publicitários do STPC/DF tem como objetivo monitorar os recolhimentos das receitas, conforme condições pactuadas nos contratos, sendo adotados procedimentos internos com vistas a realizar o monitoramento, acompanhamento, emissão de Documentos de Arrecadação – DARs, controle, bem como envio de comprovantes ao setor financeiro para realização de procedimentos contábeis no que se refere aos pagamentos efetuados. A planilha detalhada (100021887) apresenta a relação de Documentos de Arrecadação – DARs emitidos, com respectivas informações acerca das datas, comprovantes de pagamentos, e documentos contábeis correspondentes.

40. Em relação aos contratos anteriores às Portarias Semob nºs 83/2021 e 117/2021⁵, **item III.e.i da Decisão nº 3796/2022**, observa-se que a Pasta distrital,

⁵ No Papel de Trabalho DA_PT nº 36 (peça 199), utilizado na confecção do Relatório Final de Auditoria



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

segundo informa, vem realizando levantamento dos valores devidos pelas concessionárias, conforme apontou nas planilhas vistas à peça 204. Todavia, como a determinação da Corte foi exarada há mais de um ano, é pertinente que esse trabalho seja concluído o mais rapidamente possível e as quantias devidas sejam efetivamente destinadas ao erário distrital.

41. Quanto ao **item III.e.ii da Decisão nº 3.792/2022**, a resposta apresentada pela Secretaria denota que os controles das receitas oriundas da exploração publicitária em veículos do STPC/DF dos contratos posteriores às Portarias – Semob nºs 83/2021 e 117/2021 melhoraram.

42. A Pasta distrital assevera, contudo, que depende de informações das concessionárias para apuração das receitas de publicidade. Os operadores de transporte público informam os valores auferidos com a exploração publicitária e a Secretaria realiza seu controle a partir dessas informações. É importante que a Semob/DF desenvolva mecanismos de fiscalização da arrecadação dos recursos em tela independentes da ação das empresas de ônibus, de modo a conferir maior exatidão e confiabilidade nas ações adotadas pela jurisdicionada.

43. Assim, entende-se que as medidas empreendidas pela Pasta distrital atenderam **parcialmente ao item III.e.i e plenamente ao item III.e.ii** da Decisão nº 3.796/2022.

44. O Tribunal pode, então, determinar à Semob que: **(a)** conclua, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a cobrança dos valores devidos pelas concessionárias referentes às pendências de contratos de publicidade anteriores às Portarias nºs 83/2021 e 117/2021-Semob/DF e **(b)** desenvolva mecanismos de fiscalização da arrecadação dos recursos oriundos da exploração dos serviços de publicidade nos veículos do STPC de forma independente das informações prestadas pelas empresas de ônibus.

III.8 - Item III.f

45. Esta Casa determinou que a Semob previsse, no edital da futura concorrência do STPC/DF, mecanismos efetivos de controle das receitas a serem compartilhadas entre concessionárias e Poder Concedente (achados 2.1, 2.2 e 2.3).

46. Sobre o tema, a Jurisdicionada respondeu (fl. 3 da peça 203):

Informamos que, caso a próxima concorrência apresente as mesmas regras dos contratos atuais, a Comissão continuará exercendo suas atividades com vistas a realizar o controle das receitas. Em caso de

(peça 191), a Unidade Técnica tinha apontado um montante de R\$ 1.729.835,00 de receitas de exploração publicitária identificadas pela Semob, as quais não foram ainda repassadas aos cofres distritais pelas empresas de ônibus do STPC/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

alterações das regras, será realizado o acompanhamento e fiscalização com as devidas adequações.

47. A resposta da jurisdicionada não aborda a diligência plenária. O Tribunal não questionou qual seria o comportamento da Comissão de Gestão das Receitas Advindas dos Contratos de Publicidade do STPC/DF e sim determinou a previsão, no edital da futura **concorrência do STPC/DF, de mecanismos efetivos de controle das receitas a serem compartilhadas entre concessionárias e Poder Concedente.**

48. Contudo, o cumprimento da determinação somente poderá ser conferido com o efetivo procedimento licitatório. Dessa feita, entende-se que se deva apenas emitir **alerta à jurisdicionada** que o atendimento do item III.f da Decisão nº 3796/2022 será objeto de verificação quando do lançamento de futuro edital de licitação.

III.9 - Item III.g

49. Nesse quesito, o Tribunal determinou que a Semob adotasse, em relação aos contratos de locação de espaços publicitários nos veículos do STPC/DF anteriores às Portarias nºs 83/2021 e 117/2021-Semob/DF, providências para formalização de aditivos, de modo a fazer constar de forma detalhada todos os itens locados e os respectivos valores unitários.

50. A jurisdicionada, acerca da diligência em destaque, pontificou (fl. 3 da peça 203):

A planilha (100021631) apresenta a relação de todos os contratos celebrados e localizados até o presente momento nos levantamentos que estão sendo realizados por esta Comissão de Gerenciamento e Controle das Receitas Advindas dos Contratos Publicitários do STPC/DF. Conforme detalhamento apresentado, estão demonstradas diversas informações pactuadas acerca dos instrumentos contratuais, como valores unitários por veículo, meios/espacos de veiculação, valores mensais, totais e vigência. Ressalte-se que, conforme mencionado na manifestação do subitem i) do item e), ainda estão sendo realizados levantamentos com vistas a identificar eventuais pendências de recolhimentos de valores para regularização.

51. Segundo se extrai da resposta apresentada, a planilha mencionada pela Secretaria (peça 204) demonstraria que os contratos anteriores às Portarias nºs 83/2021 e 117/2021-Semob/DF estão devidamente padronizados com preços de locação de espaço publicitário estabelecidos por ônibus.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

52 Cabe realçar que existem vigentes apenas sete ajustes anteriores às duas mencionadas portarias.

53 Em que pese tais informações, por mais detalhadas que sejam, a jurisdicionada não apresentou os instrumentos legais (termos aditivos) nos quais se possa, efetivamente, aferir todos os itens locados e os respectivos valores unitários, conforme demanda deliberação plenária.

54. Dessa feita, entende-se que o **item III.g da Decisão nº 3.796/2022 não foi adequadamente atendido**, devendo-se reiterá-lo, acrescentando-se que referidos instrumentos aditivos referentes aos contratos de locação de espaços publicitários nos veículos do STPC/DF anteriores às Portarias nºs 83/2021 e 117/2021-Semob/DF sejam apresentados ao Tribunal.

IV - Exame do Cumprimento do Item III da Decisão nº 3.353/2022

55. A Corte determinou à Semob/DF que adotasse ***as devidas providências para obtenção dos dados relativos ao levantamento em tempo real das taxas de ocupação dos veículos do STPC/DF, bem como dos dados referentes à frota efetivamente em operação e em manutenção, por linhas, dotando o Centro de Controle Operacional - CCO das informações necessárias para tal.***

56. Importante lembrar que o *decisum* em apreço foi proferido no âmbito do Processo 00600-00002153/2021-56, que tratou de representação oferecida pelo Ministério Público de Contas em razão das medidas sanitárias e de proteção à saúde adotadas durante a pandemia de Covid-19, atinente ao transporte público no Distrito Federal.

57 Após as análises pertinentes, por força do item IV.c da deliberação em relevo, o Tribunal determinou o acompanhamento do cumprimento do item III, em destaque, nos presentes autos.

58. Em relação ao tema, a Semob respondeu (peça 190):

Refere-se à Decisão mencionada em epígrafe, proferida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, por meio da qual se determinou a esta Secretaria a adoção de providências voltadas para a obtenção de dados em tempo real relativos ao quantitativo de veículos do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC-DF efetivamente em operação e em manutenção; e carregamento de passageiros.

A esse respeito, com base em manifestações prementes emitidas pelas subsecretarias: de Operações - SUOP; de Tecnologia da Informação - SUTINF; e de Fiscalização, Auditoria e Controle - SUFISA desta Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Distrito Federal - SEMOB-DF, constantes nos despachos anexos, cumpre apresentar, resumidamente, as elucidações que se seguem.

1) A atualização de equipamentos para obtenção dos dados operacionais em tempo real foi determinada aos operadores do STPC-DF, mediante a Portaria nº 104/2021, cuja cópia segue anexa.

2) Ademais, área responsável pela fiscalização desta Pasta informou que são empreendidas ações fiscais voltadas para garantir o cumprimento da retromencionada portaria, tendo sido, até então, lavrados trinta e nove autos de infração sobre os operadores do STPC-DF, em decorrência do descumprimento da determinação de atualização dos equipamentos em questão.

3) Noutro giro, a área especializada em tecnologia da informação desta SEMOB realizou levantamento de informações registradas no sistema TDMax Reports, para atendimento dos itens 1 e 3, requeridos anteriormente por essa Corte de Contas, na Decisão 3442/2021, tendo sido disponibilizados os dados em questão nos relatórios que seguem anexos.

59. A resposta da jurisdicionada, aliada ao exposto no **item III.6** desta Informação (§§ 34/37), demonstra que o levantamento em tempo real das taxas de ocupação dos veículos do STPC/DF, bem como dos dados referentes à frota efetivamente em operação e em manutenção por linhas, só será possível com a implantação do Centro de Controle Operacional – CCO e com a atualização de equipamentos demandada pela Portaria Semob nº 104/2021⁶.

60. Quanto à instalação do CCO, a questão, como exposto, já foi tratada no item III.6 desta informação, com a proposta de reiteração do item III.d.ii da Decisão nº 3.796/2022.

61 Extraí-se das informações da jurisdicionada que não houve a efetiva implementação do CCO, razão de se considerar não atendido o item III da Decisão nº 3353/2022, devendo ser reiterado.

62 Por oportuno, no tocante à Portaria Semob nº 104/2021, esta Corte pode determinar à jurisdicionada que adote medidas para garantir a sua efetiva implementação, a fim de possibilitar o pleno cumprimento desse instrumento regulatório.

⁶ Dispõe sobre a obrigação de atualização dos equipamentos e recursos tecnológicos relacionados ao Sistema Inteligente de Transporte – SIT e ao Sistema de Bilhetagem Automática – SBA por parte dos operadores do STPC/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

V - Conclusões

63. A análise levada a efeito nesta fase processual revelou não ser possível posicionamento de mérito relativamente aos itens III.b.i, III.b.ii, III.d.ii e III.f da Decisão nº 3796/2022. Quando aos demais, tem-se:

- a. atendidos os itens III.c e III.e.ii;
- b. não atendido o item III.a;
- c. parcialmente atendidos os itens III.b.iii, III.e.i, III.e.iii e III.g; e
- d. prejudicado o comando do item III.d.i.

64. Quanto à Decisão nº 3353/2022, tem-se por não atendido o item III, devendo ser objeto de reiteração.

65. Diante das conclusões alcançadas nos exames da presente fase processual, serão emitidas sugestões ao Tribunal, em especial quanto aos itens que necessitam de acompanhamento futuro.

VI - Sugestões

66. Ante o exposto, sugere-se ao Tribunal:

I - tomar conhecimento:

- a. dos Ofícios nºs 653/2023 - SEMOB/GAB (peça 196) e 687/2023 - SEMOB/GAB (peça 197); 535/2022 - METRO-DF/PRE/GAB (peça 167) e documentos anexos (peças 162/166); 2.312/2022 - SEMOB/GAB (peça 190), com documentação anexa (peças 172/189);
- b. do Papel de Trabalho acostado aos autos (peça 206),
- c. da presente Informação;

II - considerar:

- a. quanto à Decisão nº 3796/2022:
 - a.1. atendidos os itens III.c e III.e.ii;
 - a.2. não atendido o item III.a;
 - a.3. parcialmente atendidos os itens III.b.iii, III.e.i, III.e.iii e III.g;
 - a.4. prejudicado o comando do item III.d.i;
- b. não atendido o item III da Decisão nº 3353/2022;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

- III - reiterar à Semob os itens III.a, III.b.i, III.b.ii, III.b.iii, III.d.ii, III.e.i, III.e.iii, III.f e III.g da Decisão nº 3796/2022, e III da Decisão nº 3533/2022;
- IV - determinar a Secretaria de Transporte e Mobilidade do DF - Semob/DF que, no prazo de 180 (cento e oitenta dias), adote as seguintes medidas, disso dando ciência ao Tribunal:
 - a. envie esforços para o efetivo cumprimento do III.a da Decisão nº 3.796/2022, considerando a implantação do futuro GeoPortal;
 - b. desenvolva mecanismos de fiscalização e controle da arrecadação das receitas oriundas da exploração publicitária em veículos do STPC/DF, as quais não dependam apenas de informações prestadas pelas concessionárias de transporte;
 - c. conclua a cobrança dos valores devidos pelas concessionárias referentes às pendências de contratos de publicidade anteriores às Portarias nºs 83/2021 e 117/2021-Semob/DF;
- V - alertar à Semob/DF que o cumprimento da diligência constante do item III.f da Decisão nº 3. 796/2022 será examinado por esta Casa em futuro procedimento fiscalizatório;
- VI - autorizar:
 - a. a ciência desta Informação, do Relatório/Voto do Relator e da decisão que vier a ser proferida à Semob/DF;
 - b. a adoção por parte do Corpo Técnico das medidas de sua alçada decorrentes do alerta constante do item V anterior;
 - c. o retorno dos autos à Segem para os fins pertinentes.

À consideração superior.

Paulo Sergio Carlos de Brito
Auditor de Controle Externo – Mat. 476



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

De acordo.

À Segem.

Raimundo Lustosa de Melo Filho
Diretor